

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



A INVISIBILIDADE PREVIDENCIÁRIA DE PESSOAS TRANS: impactos da evasão escolar na proteção social futura

Pablo Rafael da Cunha Guimarães¹

Introdução

A escola costuma ser apresentada como espaço privilegiado de formação cidadã, onde se projetam expectativas sociais relacionadas ao desenvolvimento intelectual e à possibilidade de participação plena na vida coletiva. Ainda assim, essa promessa de inclusão não se concretiza de maneira uniforme para todos os sujeitos (Xavier; Vianna, 2023).

A conclusão da educação básica, bem como o acesso ao ensino superior ou a outras formas de qualificação profissional e técnica, tende a ampliar as possibilidades de inserção em ocupações e vínculos laborais mais estáveis, de modo que os níveis mais elevados de escolarização se traduzem, em teoria, em melhores oportunidades de acesso ao emprego formal, ampliando-se as chances de vinculação a mecanismos institucionais de proteção social, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A análise dos microdados da PNAD Contínua evidencia uma associação entre escolaridade e cobertura previdenciária, de modo a indicar que trabalhadores com maiores

¹ Pós-graduando em Direitos Humanos. Instituto Federal de Santa Catarina, Pouso Redondo, Santa Catarina, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0066995310565966>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3491-654X>. E-mail: pablorafael14155@gmail.com.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



níveis de instrução apresentam taxas significativamente mais elevadas de proteção social quando comparados àqueles com baixa escolarização (Brasil, 2023).

A partir dessa perspectiva, a evasão escolar nas fases iniciais da vida tende a produzir o movimento contrário, repercutindo diretamente em menores possibilidades de acesso ao trabalho formal.

Em muitas trajetórias marcadas por identidades dissidentes de gênero, o ambiente escolar deixa de representar um espaço de acolhimento e passa a constituir um território de tensão cotidiana (Costa, 2024).

O percurso educacional de muitos estudantes trans no Brasil costuma ser atravessado por práticas que produzem constrangimento e reforçam processos de invisibilização. Quando esse processo se prolonga nos anos escolares, a permanência na escola torna-se frágil e frequentemente interrompida (Xavier; Vianna, 2023).

A exclusão vivenciada por pessoas trans no ambiente escolar influencia suas trajetórias sociais, fazendo com que aproximadamente 82% das pessoas trans abandonem o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos após experiências recorrentes de discriminação e violência no cotidiano escolar (Almeida, 2016; Mello; Trevisan, 2021; Antra, 2024).

Com isso, parte significativa da população trans no Brasil encontra-se inserida em ocupações economicamente precarizadas ou em atividades marcadas pela informalidade, cenário que limita o acesso a vínculos formais de trabalho e, assim, à proteção previdenciária contributiva (Cavalcanti et al, 2025).

Seguindo essa lógica analítica, a precarização ou informalidade laboral guarda relação direta com trajetórias educacionais frequentemente interrompidas por processos de exclusão escolar. Quando a escolarização é precocemente interrompida, as possibilidades de acesso ao emprego formal tornam-se significativamente mais restritas. A baixa escolaridade, somada às barreiras estruturais presentes no mercado de trabalho,

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



tende a direcionar muitos desses sujeitos para atividades marcadas pela informalidade ou por condições ocupacionais instáveis. Por consequência, a realização de contribuições regulares aos regimes previdenciários torna-se rara e compromete a formação de uma trajetória contributiva capaz de assegurar proteção social ao longo do ciclo de vida.

Figura 1 – Causa e consequência.



Fonte: Autoria própria.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como processos de exclusão educacional, muitas vezes naturalizados no cotidiano das instituições de ensino, podem produzir efeitos que se prolongam por décadas e se manifestam na forma de invisibilidade previdenciária. Procura-se evidenciar como a interrupção precoce da trajetória escolar pode constituir um dos elementos que estruturam a fragilização da proteção social futura, a fim de contribuir para o debate sobre políticas educacionais inclusivas e seus impactos na efetivação do direito à seguridade social.

Desenvolvimento

Conforme estudos de Cavalcanti et al. (2025), apenas cerca de 25% da população trans está empregada formalmente, taxa menor que a observada entre a população geral, sinalizando desigualdades de acesso ao emprego com carteira assinada. A presença menor da população trans em empregos formais se combina com salários significativamente reduzidos quando comparados à média nacional.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



Ainda, pessoas trans com registro formal trabalham em setores de menor prestígio econômico e recebem rendimentos em média 32% inferiores aos das pessoas não trans, mesmo quando completa a escolaridade, indicando que, apesar de concluir ciclos educacionais, as barreiras institucionais e discriminatórias no mercado de trabalho se impõem como obstáculos à plena inserção econômica (Cavalcanti et al, 2025).

O regime previdenciário brasileiro é financiado principalmente por contribuições de trabalhadores e empregadores vinculados ao emprego formal, o que resulta em desigualdade de cobertura entre setores formais e informais, pois aproximadamente 40% da força de trabalho não se encontra em empregos formais e, portanto, não contribui regularmente para o sistema (OECD, 2025).

Quando pessoas trans se encontram direcionadas para o mercado informal ou em empregos com alta rotatividade e baixa formalização, sua trajetória contributiva fica fragmentada ou inexistente, comprometendo a capacidade de realizar contribuições regulares ao sistema previdenciário. Isto porque, a ausência de vínculos com a previdência social decorre diretamente da precarização ocupacional, que é consequência tanto da evasão escolar precoce quanto da discriminação estrutural no ambiente de trabalho (Miranda; Tonella, 2024; Batista et al, 2020).

A possibilidade de acesso aos benefícios previdenciários está diretamente relacionada à construção de uma trajetória contributiva que, muitas vezes, depende da formalização do vínculo laboral ou da existência de renda regular. Contribuintes individuais podem tentar suprir a ausência de emprego formal, mas a adesão voluntária ao sistema exige planejamento financeiro e conhecimento sobre regras que muitas vezes são inacessíveis a pessoas que enfrentam vulnerabilidades estruturais (Tergolina, 2024).

A Constituição Federal garante proteção social a todos; na prática, essa garantia esbarra nas dificuldades de quem não consegue permanecer no mercado formal por

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



longos períodos, de tal modo que a concepção tradicional da previdência como instrumento de proteção na velhice presume, no mínimo, contribuições constantes, expectativa incompatível com a experiência da população trans.

Políticas afirmativas, como cotas em concursos públicos ou programas de incentivo à contratação formal, podem oferecer alguma oportunidade de inserção, ainda que não alterem de maneira significativa o cenário estrutural de vulnerabilidade. Além disso, mecanismos de contribuição individual simplificados poderiam oferecer alguma proteção, mas exigem planejamento e recursos frequentemente inacessíveis a jovens trans (Muniz et al., 2023; Almeida; Vasconcellos, 2018).

Por isso, garantir a permanência escolar e inserir, desde cedo, a educação sobre direitos sociais e previdenciários é imprescindível aos jovens trans que enfrentam uma realidade marcada por pressões imediatas que tornam quase impossível projetar o futuro. Sem esse conhecimento e suporte, a construção de uma proteção social efetiva permanece comprometida, reforçando a vulnerabilidade ao longo da vida. Portanto, a evasão escolar revela-se como o primeiro elo de uma cadeia de exclusões sucessivas que limitam a inserção formal no mercado de trabalho e fragilizam a formação de vínculos contributivos, comprometendo, em última instância, a possibilidade de envelhecimento com segurança econômica e proteção previdenciária.

Considerações Finais

A investigação partiu da seguinte inquietação: de que modo trajetórias educacionais interrompidas repercutem na possibilidade concreta de acesso à proteção previdenciária por pessoas trans. A análise evidenciou que a evasão escolar, frequentemente associada a ambientes educacionais hostis e à ausência de políticas efetivas de permanência, limita qualificações formais e restringe oportunidades de

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



inserção profissional, interferindo diretamente na construção de vínculos contributivos. A reflexão desenvolvida indica que a invisibilidade previdenciária se forma à medida que trajetórias educacionais interrompidas passam a limitar as possibilidades de participação no sistema de seguridade social.

O estudo também indica que a compreensão da exclusão previdenciária exige atenção às condições sociais que moldam o acesso à educação e ao trabalho, já que a permanência escolar atua como etapa de formação e como espaço em que podem ser construídas perspectivas de futuro e conhecimento sobre direitos sociais. A difusão de informações sobre previdência e contribuições, quando associada à manutenção do vínculo educacional, amplia a possibilidade de que jovens compreendam a importância de trajetórias contributivas mesmo diante de contextos adversos.

A análise conduzida neste estudo pretende contribuir para aproximar o debate previdenciário das discussões sobre desigualdade educacional. A evasão escolar projeta efeitos duradouros sobre a forma como se estruturam as experiências de trabalho e a relação com o sistema de seguridade social. Com o passar do tempo, a fragilidade na inserção laboral reduz as possibilidades de construção de vínculos contributivos, afastando o acesso à previdência do horizonte concreto das pessoas trans e comprometendo a possibilidade de envelhecerem sob a proteção social que o sistema, ao menos em termos normativos, afirma assegurar.

Referências

ALMEIDA, Aline. **Evasão escolar entre travestis é bem maior**. Brasília: Flacso, 2016. Disponível em: <https://flacso.org.br/2016/05/23/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

ALMEIDA, Cecília Barreto; VASCONCELLOS, Victor Augusto. **Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?**. Revista Direito GV, São

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63GbZ4CfSRQC/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 mar. 2026.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/dossie-2024/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BATISTA, Rafael Loch et al. **Impact of schooling in the HIV/AIDS prevalence among Brazilian transgender women**. Archives of Endocrinology and Metabolism, 2020. Disponível em: <https://www.aem-sbem.com/article/impact-of-schooling-in-the-hiv-aids-prevalence-among-brazilian-transgender-women/>. Acesso em: 13 mar. 2026

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Informe de Previdência Social – abril de 2023**. Brasília: MPS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/informes-de-previdencia-social/2023/informe-de-previdencia-social-abril-2023.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

CAVALCANTI, Filipe Matheus Silva; PATEO, Felipe Vella; SILVA FILHO, Alberto Luis Araújo. **A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal**. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Brasília, v. 31, n. 80, p. 47–62, abr. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt80/nt2>. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/19536>. Acesso em: 13 mar. 2026.

COSTA, Antonio Santos. **Se essa escola fosse minha... relatos e experiências de pessoas transgênero na educação pública em Salvador – Bahia**. 2024. Dissertação (Mestrado em Política Social e Territórios) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2024. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgpst/images/ANTONIO_-_DISSERTA%C3%87%C3%83O_FINAL_MAIO_2024.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

MIRANDA, Yury Coelho; TONELLA, Livia Helena. **Mudança de tempo de contribuição nas aposentadorias do regime geral de previdência social para pessoas trans**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 1247-1265, 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1247>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MELLO, Débora de; TREVISAN, Janine. **Transgêneros da cidade de Bento Gonçalves: histórias e trajetórias escolares e de vida**. IFRS, 2021. Disponível em:

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



<https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/1112/1234567891112.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2026.

MUNIZ, Maria Luísa Corrêa et al. **Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho.**

Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 47, n. 139, p. 154-170, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FTymZWgYyHcNhpQ5px68yJm/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 mar. 2026.

OECD. **Expanding Social Protection and Addressing Informality in Latin**

America: Brazil – Social protection and incentives for formal job creation. Paris:

OECD Publishing, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/86c1fd38-en>. Acesso

em: 13 mar. 2026.

TERGOLINA, Luana Maia. **A inclusão (exclusão) de pessoas trans no subsistema previdenciário.** 2024. Dissertação (Mestrado em Direito e Sociedade) – Centro

Universitário La Salle, Canoas, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/4437/1/M.D.LUANA.M.T.pdf>.

Acesso em: 13 mar. 2026.

XAVIER, Thais Pimentel de Oliveira; VIANNA, Cláudia. **A Educação de Pessoas**

Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.

48, e124022, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236124022vs01. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2175-6236124022vs01>. Acesso em: 12 mar. 2026.